



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

2. C C	PUBLICADO NO D. O. U. De 08 / 11 / 1996 Rubrica
--------------	---

518

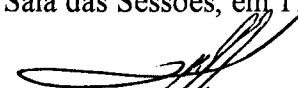
Processo : 11080.004448/95-83
Sessão : 11 de junho de 1996
Acórdão : 202-08.495
Recurso : 98.794
Recorrente : ALBARUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Recorrida : DRJ em Porto Alegre-RS

IOF- I) MEDIDA JUDICIAL - É cabível a interposição de recurso administrativo somente a respeito dos acréscimos legais decorrentes de lançamento de ofício após decisão judicial favorável ao Fisco sobre a matéria de fato; **II) MULTA PUNITIVA** - É aplicável quando o Contribuinte não atende às condições estabelecidas no art. 138 do CTN; **III) CÂMBIO** - Não recolhido o imposto devido na liquidação de câmbio na importação, fica o responsável sujeito ao lançamento de ofício, com multa de 40% prevista na seção 10, item 4, "a", inciso II, da Resolução BACEN nº 1.301/87 com supedâneo no art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.143/66; **IV) RETROATIVIDADE BENIGNA** - Não se aplica quando a penalidade menos severa é de natureza distinta (moratória) daquela pertinente ao fato pretérito que se pretende alcançar (punitiva); **V) ENCARGO DA TRD** - Não é de ser exigido no período que medeou de 04.02 a 29.07.91. **Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **ALBARUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência os encargos da TRD no período de 04.02 a 29.07.91.**

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1996


José Cabral Garofano
Vice-Presidente, no exercício da Presidência


Antônio Carlos Bueno Ribeiro
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges, Antonio Sinhiti Myasava e Elzio Giobatta Bernardinis (Suplente).
eaal/CF/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11080.004448/95-83
Acórdão : 202-08.495

Recurso : 98.794
Recorrente : ALBARUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATÓRIO

Por bem descrever a matéria de que trata este processo, adoto e transcrevo , a seguir, o relatório que compõe a Decisão Recorrida de fls. 73/77:

“O contribuinte acima qualificado impetrou Mandado de Segurança preventivo de nº 90.001579-0 junto à 11ª Vara da Justiça Federal em Porto Alegre - RS para elidir a incidência do IOF na liquidação do contrato de câmbio nº 008180, para pagamento de operações de importação, tendo-lhe sido indeferida a medida liminar pelo juízo de primeiro grau e autorizado depósito, que foi efetuado nos autos do processo judicial.

2. Após decisão judicial final, em procedimento de revisão, comparando o valor do depósito efetuado (NCz\$ 821.426,36) com o do imposto devido à época dos fatos geradores (NCz\$ 901.046,12), constatou a fiscalização a existência de saldo a descoberto do imposto, com o que referido depósito restou efetuado a menor.

2.1. Em função disso foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01/08, de 07-06-1995 (ciência dada em 04-07-1995), para constituir e exigir o crédito tributário a descoberto do Imposto sobre Operações Financeiras e seus acréscimos no valor total de 3.434,10 UFIRs.

3. Tempestivamente, apresentou o contribuinte impugnação (fls.66/69) admitindo a existência dos câmbios, dizendo que o débito do imposto, à alíquota de 25%, foi objeto de mandado de segurança.

3.1. Alega, no que se refere à TR, que o STF já definiu tal índice como taxa de juros, sendo que o mesmo não se presta para atualização monetária. O próprio lançamento já estaria aplicando juros de 1% ao mês, pelo que há impedimento à aplicação de duas taxas de juros. Além disso, a própria Carta Política limita o juro anual em 12% pelo art. 192, § 3º, limite alcançado pelo lançamento, pedindo a exclusão do cálculo do valor correspondente à TR sobre o débito global.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11080.004448/95-83
Acórdão : 202-08.495

3.2. Quanto à penalidade aplicada, alega a falta de base legal para a multa cominada na Resolução BACEN nº 1.301/87. Alternativamente, requer a aplicação do princípio da retroatividade da lei tributária mais benigna; no caso, a sanção prevista na Lei nº 8.383/91, art. 59 (multa de mora de 20%).

3.3. Pede, ao final, seja dado provimento ao recurso para declarar indevido o lançamento. Caso julgado procedente no mérito o auto, requer seja excluída do lançamento a correção monetária pela TR e julgada inaplicável a penalidade lançada.

4. De outra parte, no que tange ao processo judicial, conforme informações de fls. 39 a 53, no Mandado de Segurança nº 90.0001579-0 foi concedida a segurança em primeiro grau, em 09-12-1993. Conforme informação da PFN de fl. 60, interposta apelação pela Fazenda Nacional (AMS nº 94.04.24073-7), a 3ª Turma do TRF-4a. Região, por unanimidade, deu provimento à apelação e à remessa oficial em 08-11-1994, tendo o acórdão transitado em julgado em 03-03-1995.

4.1. O último despacho do Judiciário antes da autuação determinava o cumprimento do acórdão, em 11-04-1995. Relata a fiscalização que referido depósito encontrava-se em fase de conversão, o que é confirmado pela informação do sistema RENPAC de fl. 72, mencionando a juntada do ofício enviado pelo juízo à CEF e aguardando a conversão dos depósitos judiciais em renda da União.”

A Autoridade Singular, mediante a dita decisão, julgou procedente a ação fiscal quanto a multa e juros em razão da insuficiência do depósito judicial e manteve o lançamento fiscal em foco, sem discutir o principal em razão da opção do contribuinte pela via judicial, onde há decisão final favorável à Fazenda Nacional, sob os seguintes fundamentos, *verbis* :

“5. A questão a ser levantada é relativa à suficiência do depósito com relação à integralidade do crédito tributário devido no momento em que foi efetivado o depósito. Trata-se de exigência de tributo não garantido na esfera judicial, posto que depositado a menor e, por conseguinte, insuficiente para a cobertura integral do crédito tributário.

5.1. Estando já o depósito, embora parcial, em fase de conversão em renda da União quando da autuação, agiu corretamente a fiscalização, uma vez que, nos termos do art. 156 do CTN, a conversão em renda do depósito integral tem os mesmos efeitos do pagamento, qual seja, a extinção do crédito tributário. Da mesma forma, o depósito a menor tem o mesmo efeito do pagamento a menor, restando exigível o valor restante acrescido das penalidades devidas.



Processo : 11080.004448/95-83
Acórdão : 202-08.495

5.2. Portanto, cabível apenas a cobrança do saldo a descoberto, após imputação, com os respectivos acréscimos legais.

6. Quanto à sua discordância pela aplicação da Taxa Referencial (TR) no débito lançado (fl.66), como índice de atualização monetária dos débitos vencidos ou como taxa de juros, pelas razões que cita, cumpre referir que a TRD, como referencial de taxa de juros, foi aplicada aos débitos fiscais não pagos nos respectivos vencimentos, por força do art. 30, da Lei nº 8.218/91, que deu nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.177/91, no período de 04-02 a 29-07-1991, alcançando débitos vencidos antes e que só foram ou venham a ser pagos após a data de vigência dessa norma, sendo que esse índice não foi aplicado aos débitos vencidos como índice de correção monetária.

6.1 - Esclareça-se, ainda, que não tem aplicação ao caso o limite constitucional de juros de 12% ao ano, como quer a defendente, porque o limite estabelecido no art. 192 § 3º da C.F. se refere a juros remuneratórios pela concessão de créditos, diferentemente dos juros moratórias pela inadimplência de débitos fiscais.

6.2 - Acrescente-se, a propósito da jurisprudência invocada, que as decisões judiciais produzem seus efeitos apenas em relação às partes que integram o processo judicial, sendo vedada sua extensão administrativa quando contrária à orientação estabelecida para a administração direta em atos de caráter normativo ou ordinário, como determina o Decreto nº 73.529/74 (D.O.U. de 21/01/74), entendimento a vigorar enquanto não se estabelecer efeito vinculatório *erga omnes* às súmulas e decisões jurisprudenciais superiores.

7. Quanto à legalidade da cobrança da multa de ofício, não procede a alegação da defesa de que a multa cominada não tem suporte legal, estando embasada em ato normativo. A Resolução BACEN nº 1.301/87 foi editada como regulamento, amparada pela Lei nº 5.143, de 20-10-1966, que instituiu o Imposto sobre Operações Financeiras-IOF e, em seu art. 6º, inc. I, estabeleceu a multa de 30 a 100% do valor do Imposto para a falta de recolhimento no devido prazo, enquanto que o art. 7º previa a multa de 20% para a hipótese de o contribuinte recolher espontaneamente o imposto fora do prazo fixado, antes de qualquer procedimento fiscal.

7.1. A Lei nº 5.143/66, por seu art. 14, delegou competência ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para resolver os casos omissos, enquanto seu art. 10 autorizava o CMN a desdobrar as hipóteses de incidência e modificar ou eliminar as alíquotas e a base de cálculo do imposto, sendo que os vínculos e



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11080.004448/95-83
Acórdão : 202-08.495

delegações entre o CMN e o Banco Central já estavam definidos pela Lei nº 4.595/64; logo, o regulamento aprovado por esse Conselho, fixando a multa de 40% para a cobrança em ação fiscal para imposto não recolhido após trinta dias (Seção 10, item 4, alínea "a", inc. II), manteve-se dentro da lei, nada havendo a contestar.

7.2. Assim sendo, concordamos com a defesa quando diz que as prescrições apenatórias devem ser fixadas em lei, mas o fato de o ato administrativo regular a lei e trazer para seu corpo os dispositivos penais não quer dizer que esse é que estabeleceu as penalidades.

8. Não se aplica ao caso a multa de mora de 20% do art. 59 da Lei nº 8.383/91 porque referida multa, de caráter compensatório, é devida para os recolhimentos espontâneos dos tributos efetuados fora dos prazos legais, podendo o contribuinte, entretanto, aproveitar a redução autorizada pelo art. 60 dessa lei, se requerer o parcelamento do débito no prazo para recurso desta decisão."

Tempestivamente, a recorrente interpôs o Recurso de fls. 80/82, onde, em suma, reedita os argumentos de sua impugnação.

Às fls. 86/87, em observância ao disposto no art. 1º da Portaria MF nº 260/95, o Procurador da Fazenda Nacional apresentou suas contra-razões, manifestando, em síntese, pela manutenção integral da decisão recorrida.

É o relatório.



Processo : 11080.004448/95-83
Acórdão : 202-08.495

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO

Efetivamente, *in casu*, só é pertinente a discussão dos acréscimos legais decorrentes do lançamento de ofício, eis que este se deu após a decisão judicial em última instância favorável ao Fisco a respeito da matéria ali apreciada - legalidade da exigência de IOF sobre operações de câmbio.

Ademais, com propriedade, nele se considerou o valor do depósito judicial efetuado, mesmo efetivado com insuficiência, dado que se encontrava em fase de conversão em renda antes do lançamento em foco, daí este só exigir o saldo a descoberto, acrescidos dos aludidos acréscimos legais, com os quais a recorrente não se conforma.

Quanto à multa de ofício aplicada, de nenhuma valia as razões levantadas pela recorrente no sentido de postular em seu lugar a multa moratória, na medida em que não atendeu às condições estabelecidas no art. 138 do CTN, ou seja, providenciado o pagamento do tributo devido e seus acréscimos moratórios antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

E, sob o aspecto da legalidade da multa de ofício decorrente do não-recolhimento do IOF sobre operações de câmbio, nada a acrescentar aos judiciosos fundamentos da decisão recorrida.

Considerando, ainda, que a multa estabelecida no art. 59 da Lei nº 8.383/91 é de natureza moratória, também equivocada a invocação do princípio da retroatividade benigna, com vistas a afastar a multa de ofício em questão.

Finalmente, a respeito do encargo da TRD, consoante o já decidido em vários arestos deste Conselho, a exemplo do mencionado Acórdão n.º 201-68.884, é de ser afastado só no período que medeou de 04.02 a 29.07.91.

Isto posto, dou provimento parcial ao recurso para excluir a incidência do encargo da TRD no período acima assinalado.

Sala das Sessões , em 11 de junho de 1996

ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO